

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. O art. 14 da Constituição Federal determina que “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante”:

- a) Plebiscito, comícios e partidos políticos.
- b) Plebiscito, comícios e referendo.
- c) Plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- d) Plebiscito, comícios e iniciativa popular.
- e) Pluripartidarismo, convenção partidária e comícios.

2. Quanto ao Mandado de Segurança, assinale a opção INCORRETA:

- a) O mandado de segurança não pode ser manejado para proteção da liberdade de locomoção e para o acesso ou retificação de informações concernentes à pessoa do impetrante.
- b) Tem legitimidade ativa para impetração de mandado de segurança individual tanto as pessoas físicas como as jurídicas.
- c) O mandado de segurança pode ser proposto tanto contra autoridade pública quanto contra agente de pessoas jurídicas privadas no exercício de atribuições do poder público.
- d) Para a impetração de Mandado de Segurança exige-se o prévio esgotamento da instância administrativa.
- e) O mandado de segurança visa para proteger direito líquido e certo.

3. A respeito da súmula vinculante, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A administração pública direta e indireta, embora possa balizar sua atuação pelos enunciados das súmulas vinculantes, não está juridicamente obrigada a observá-las, sob pena de desequilíbrio no sistema de tripartição de Poderes.
- b) Todos os enunciados de súmulas não-vinculantes publicados pelo Supremo Tribunal Federal até 08-12-2004 possuem eficácia vinculante se versarem sobre direitos fundamentais.
- c) As súmulas vinculantes editadas pelo Supremo Tribunal Federal obrigam os demais órgãos do Poder Judiciário e os órgãos e entes da administração pública direta e indireta.
- d) Contra a decisão jurisdicional que contrariar súmula vinculante cabe reclamação a ser dirigida à própria autoridade prolatora da decisão que, caso entenda não ser o caso de se adequar ao entendimento vinculante, deverá remeter o pedido para apreciação pelo STF.

e) A revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por qualquer pessoa atingida pelos efeitos de decisão judicial embasada na súmula vinculante.

4. Conforme o art. 37 da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta obedecerá aos seguintes princípios:

- a) Celeridade, impessoalidade, moralidade, transparência e eficiência.
- b) Publicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.
- c) Unidade, supremacia do interesse público, moralidade, publicidade e eficiência.
- d) Imunidade tributária, impessoalidade, coercibilidade, publicidade e eficiência.
- e) Discricionariedade, responsabilidade subjetiva, publicidade e oficialidade.

5. Sobre o poder constituinte derivado, é CORRETO afirmar:

- a) A matéria constante de proposta de Emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá ser objeto de nova proposta, na mesma sessão legislativa, mediante iniciativa da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- b) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das Unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- c) No Brasil, o poder constituinte derivado reformador apresenta-se através de Emendas Constitucionais, as quais são discutidas e votadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e, depois de aprovadas, são promulgadas pela Mesa do Congresso Nacional, com o respectivo número de ordem.
- d) O poder constituinte derivado pode alterar os procedimentos de reforma da constituição.
- e) No Brasil, o poder constituinte originário apresenta-se através de Emendas Constitucionais.

6. Conforme o inciso VIII, do art. 5º da Constituição Federal, “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política,

- a) salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei”.
- b) salvo se as invocar para eximir-se de obrigação contratual individualmente assumida e recusar-se a

- cumprir prestação compulsória, fixada em lei”
- c) contanto que professe a religião oficialmente reconhecida, nos termos fixados em lei”.
- d) salvo se as invocar para eximir-se de cumprir o serviço militar obrigatório, que não pode ser substituído por qualquer outra prestação cívica”.
- e) salvo se as invocar para promover crítica ao desempenho do Poder Executivo”.

7. Acerca do processo legislativo regulamentado na Constituição, assinale o item INCORRETO:

- a) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- b) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.
- c) Após o decurso do prazo de quinze dias do envio do projeto de lei aprovado nas casas legislativas, o silêncio do Presidente da República importará veto.
- d) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral.
- e) O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

DIREITO CIVIL

8. Quanto à capacidade civil, assinale a opção CORRETA:

- a) Os menores de 18 anos são absolutamente incapazes para exercer pessoalmente qualquer da vida civil.
- b) Os menores de 16 anos podem contratar sem que haja vício de vontade.
- c) São relativamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- d) Os pródigos são incapazes relativamente a certos atos.
- e) A menoridade cessa aos vinte e um anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

9. Quanto às obrigações solidárias, marque a opção INCORRETA:

- a) A solidariedade nas obrigações pode ser presumida ou resultar da lei.
- b) Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.
- c) O pagamento feito a um dos credores solidários extingue a dívida até o montante do que foi pago.
- d) Não importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos

devedores.

- e) O pagamento parcial feito por um dos devedores e a remissão por ele obtida não aproveitam aos outros devedores, senão até à concorrência da quantia paga ou relevada.

10. Nos termos do Código Civil vigente, marque a opção que contém os requisitos legais para a exclusão de um associado:

- a) Falta de assiduidade às reuniões e aprovação da exclusão pela maioria relativa dos membros.
- b) Justa causa e atraso no pagamento da mensalidade.
- c) Atraso no pagamento de três mensalidades e procedimento que assegure ampla defesa.
- d) Aprovação da exclusão pela maioria relativa dos membros e procedimento para sanção.
- e) Justa causa e procedimento que assegure ampla defesa.

11. Assinale o item que NÃO corresponde a uma hipótese de nulidade do negócio jurídico:

- a) Quando for celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- b) Quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- c) Quando as declarações de vontade emanarem de erro acidental que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal.
- d) Quando não revestir a forma prescrita em lei.
- e) Quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.

12. Acerca do direito à indenização regulamentado no Código Civil, marque a opção INCORRETA:

- a) A indenização mede-se pela extensão do dano.
- b) Se o devedor não puder cumprir a prestação na espécie ajustada, extingui-se o direito à indenização.
- c) No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de algum outro prejuízo que o ofendido prove haver sofrido.
- d) A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido.
- e) No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de algum outro prejuízo que o ofendido prove

haver sofrido.

13. Acerca do direito de propriedade regulamentado no Código Civil, marque a opção CORRETA:

- a) O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente.
- b) O direito de propriedade deve ser exercido de forma absoluta.
- c) A propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.
- d) Quem quer que ache coisa alheia perdida há de adquirir imediatamente a sua propriedade.
- e) Transfere-se entre vivos a propriedade de bem imóvel mediante o pagamento do valor acertado na negociação.

14. Quanto à proteção da pessoa dos filhos, marque a opção INCORRETA:

- a) A guarda unilateral será atribuída ao genitor que revele melhores condições para exercê-la.
- b) A guarda unilateral obriga o pai ou a mãe que não a detenha a supervisionar os interesses dos filhos.
- c) A guarda será unilateral ou compartilhada.
- d) O pai ou a mãe que contrair novas núpcias perde o direito de ter consigo os filhos.
- e) Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, será aplicada, sempre que possível, a guarda compartilhada.

PROCESSO CIVIL

15. Conforme preceitua o art. 1º do Código de Processual Civil, a jurisdição é exercida:

- a) pelos advogados.
- b) pelos juízes.
- c) pelos defensores públicos.
- d) pelos promotores.
- e) pelos delegados de polícia.

16. A legitimidade das partes e a possibilidade jurídica do pedido são condições da:

- a) Relação processual.
- b) Obrigação.
- c) Jurisdição.
- d) Contratação.
- e) Ação.

17. Sobre a antecipação de efeitos da tutela jurisdicional, é INCORRETO afirmar que:

- a) A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.
- b) A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
- c) Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.
- d) Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
- e) O abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu nunca permitem a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional.

18. Na instrução probatória em juízo, é CORRETO afirmar que:

- a) O juiz não possui poder instrutório por força do princípio da inércia.
- b) O poder instrutório do juiz encontra óbice na regra de distribuição do ônus da prova.
- c) Norma expressa no Código de Processo Civil confere ao juiz poderes instrutórios.
- d) Caberá ao juiz, somente a requerimento da parte determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias.
- e) O juiz nunca poderá decidir por equidade.

19. Segundo a regra da estabilização da demanda, tal como adotada pelo legislador brasileiro, é CORRETO afirmar que:

- a) A alteração do pedido ou da causa de pedir será permitida após o saneamento do processo.
- b) Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.
- c) A alteração dos elementos da ação, antes da citação válida do réu, gera a extinção do processo sem resolução do mérito.
- d) A alteração do pedido feita pelo autor, antes da citação válida do réu, gera a improcedência do pedido.
- e) A propositura da ação produz imediatamente os efeitos legais quanto ao réu.

20. Assinale a alternativa INCORRETA. Considere-se inepta a petição inicial quando:

- a) Quando o tipo de procedimento, escolhido pelo autor, não corresponder à natureza da causa.
- b) Faltar-lhe pedido ou causa de pedir.
- c) O pedido for juridicamente impossível.
- d) Da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão
- e) Contiver pedidos incompatíveis entre si.

21. Acerca da coisa julgada, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Fazem coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- b) Nas causas relativas ao estado de pessoa, ainda que não sejam citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros.
- c) Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide, em nenhuma hipótese.
- d) Passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido.
- e) Fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.

DIREITO PENAL

22. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes ocorre:

- a) Concurso de crimes.
- b) Concurso de pessoas.
- c) Conflito aparente de normas.
- d) Crime impossível.
- e) Reincidência

23. O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a:

- a) 10 anos.
- b) 30 anos.
- c) 20 anos.
- d) 15 anos.
- e) 25 anos.

24. Pela redação do art. 18, I, do Código Penal

Brasileiro, podemos concluir que o Código Penal adotou, a respeito do dolo, as seguintes teorias:

- a) Da vontade e da probabilidade.
- b) Da probabilidade e da representação.
- c) Do assentimento e da representação.
- d) Da vontade e do assentimento.
- e) Da representação e da vontade.

25. Na culpa consciente, o agente:

- a) Não prevê o resultado, embora este seja previsível.
- b) Conscientemente aceita e admite o risco de produzir o resultado.
- c) Não prevê o resultado, mas assume o risco de vir a produzi-lo.
- d) Embora não queira diretamente o resultado, assume o risco de vir a produzi-lo.
- e) Embora prevendo o resultado, acredita sinceramente na sua não ocorrência.

26. A respeito do dolo, é INCORRETO afirmar que:

- a) O dolo genérico consiste na vontade de praticar a ação descrita no tipo penal sem qualquer finalidade específica.
- b) Quando o agente, após realizar a conduta, supondo já ter produzido o resultado, pratica o que entende ser o exaurimento e nesse momento atinge a consumação temos a chamada *aberratio causae*.
- c) O dolo nos crimes comissivos por omissão existe independente do dever jurídico de impedir o dano ou o perigo ao bem jurídico tutelado.
- d) A quantidade da pena não varia de acordo com a espécie de dolo, contudo, o juiz deverá levá-la em consideração no momento da dosimetria penal.
- e) Configura-se o crime doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

27. Acerca do concurso de pessoas é INCORRETO afirmar que:

- a) Autor é aquele que realiza a conduta principal descrita no tipo penal.
- b) O Código Penal Brasileiro adotou, como regra, a teoria unitária ou monista.
- c) Partícipe é aquele que sem realizar a conduta descrita no tipo penal, concorre de alguma forma para a produção do resultado.
- d) Para a responsabilização do partícipe há a adoção de uma norma de extensão pessoal e espacial.
- e) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do

crime.

28. A respeito da aplicação da lei penal é INCORRETO afirmar que:

- a) A teoria adotada no código penal é a mista, ou seja, o crime considera-se praticado no momento da conduta ou no momento do resultado, dependendo do caso concreto.
- b) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- c) O sistema constitucional brasileiro impede que se apliquem leis penais supervenientes mais gravosas, como aquelas que afastam a incidência de causas extintivas da punibilidade sobre fatos delituosos cometidos em momento anterior ao da edição da *lex gravior*.
- d) Extraterritorialidade da lei penal é a possibilidade de aplicação de uma lei a fatos ocorridos fora do âmbito de sua vigência.
- e) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

29. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O inquérito policial é documento imprescindível ao oferecimento da denúncia.
- b) O inquérito policial pode ser iniciado através de Auto de Prisão em Flagrante ou por Portaria.
- c) Caso entenda o Ministério Público ser o caso de arquivamento do inquérito policial e haja discordância do juiz, deverá o magistrado designar outro Promotor para oferecer a denúncia.
- d) Um documento apócrifo apontando a autoria de um delito, por si só, constitui elemento suficiente para justificar a instauração do inquérito policial.
- e) Em regra, o inquérito deverá terminar no prazo de 5 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante.

30. Considere que em uma investigação policial tenha sido realizada escuta telefônica sem pedido à autoridade judicial nesse sentido, além da reunião de farta documentação e da oitiva de testemunhas. Nesse caso:

- a) Toda a investigação será considerada nula;
- b) Será nula apenas a escuta telefônica e todas as outras provas que dela derivarem, mesmo que sejam obtidas por uma fonte independente da prova ilícita;

- c) A investigação é válida caso a escuta telefônica tenha detectado a prática de algum crime.
- d) A investigação é válida caso seja oportunizado o exercício do contraditório e da ampla defesa pelo investigado.
- e) Ao tomar conhecimento dos autos da investigação, deverá o magistrado determinar o desentranhamento das provas ilícitas do processo.

31. Acerca da competência pelo lugar da infração, assinale alternativa INCORRETA:

- a) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela conexão.
- b) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
- c) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumir a infração.
- d) No caso de tentativa, a competência será determinada pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- e) Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

32. Considere que Mévio e Tício, presos em flagrante por furto enquanto deixavam a casa da vítima levando um aparelho de DVD e um monitor, estão sendo patrocinados pelo mesmo Defensor Público na ação penal ajuizada contra ambos. Ao ser ouvido em juízo, Mévio afirma que conhece Tício de vista e que apenas estava próximo no momento do furto, atribuindo a autoria delitiva apenas a Tício. Tício, por sua vez, defende-se dizendo que acompanhava Mévio porque este teria lhe ameaçado de morte caso não ajudasse no furto. Reflita e responda a alternativa CORRETA:

- a) O momento processual de realização do interrogatório é posterior a citação do acusado e anterior à produção das demais provas.
- b) Eventual divergência entre as defesas não obriga atuação de um segundo Defensor no caso, mas impede que o Defensor se manifeste através de petições que abranjam a defesa dos dois réus de forma conjunta.
- c) A defesa pessoal dos réus, exercida no interrogatório, diferencia-se da defesa técnica, a cargo do Defensor, de modo que é adequada a atuação de um único

Defensor para ambos os réus ainda que haja divergência entre estes.

- d) A apresentação de versões de defesas colidentes no interrogatório não torna nulos os atos processuais anteriores, mas torna necessário que a defesa dos dois réus seja, a partir de então, patrocinada por Defensores diversos.
- e) Eventual divergência entre as defesas não obriga atuação de um segundo Defensor no caso, mas permite que o Defensor se manifeste através de petições que abranjam a defesa dos dois réus de forma distinta.

33. Assinale a alternativa CORRETA. Nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, será admitida a decretação da prisão preventiva:

- a) Nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos.
- b) Se o crime envolver violência doméstica e familiar contra criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
- c) Se tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, em qualquer hipótese.
- d) Não é possível prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, como forma de garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
- e) Somente após iniciada a instrução processual, isto é, após o recebimento da ação penal.

34. É INCORRETO afirmar que:

- a) A fuga do acusado do distrito da culpa pode servir de fundamentação para a manutenção da custódia preventiva ordenada para garantir a aplicação da lei penal.
- b) Os prazos indicados para a conclusão da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, pois variam conforme as peculiaridades de cada hipótese, razão pela qual a jurisprudência os tem mitigado à luz do princípio da razoabilidade.
- c) A prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.
- d) É ilegal a prisão realizada por agentes públicos que não tenham competência para a realização do ato quando o preso foi encontrado em estado de flagrância.
- e) A prisão preventiva é um instrumento processual que

pode ser utilizado pelo juiz durante um inquérito policial ou já na ação penal, devendo, em ambos os casos, estarem preenchidos os requisitos legais para sua decretação.

35. Em relação às nulidades no processo penal é INCORRETO afirmar que:

- a) Nenhuma das partes poderá alegar nulidade a que tenha dado causa.
- b) Se houver deslocamento de competência em razão de funções assumidas pelo réu, todos os atos praticados até o momento que gerou a necessidade de modificação serão anulados.
- c) Ato jurídico nulo, em sentido amplo, são aqueles que produzem efeitos mas dependendo da gravidade podem ser convalidados, dando origem aos atos nulos e anuláveis.
- d) A ausência de defesa técnica gerará a nulidade do processo. Já a deficiência só acarretará nulidade se for comprovado o prejuízo.
- e) Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

36. Assinale a opção CORRETA acerca dos princípios da administração pública:

- a) A impessoalidade exigida da administração pública circunscreve-se à vedação do tratamento diferenciado entre os administrados.
- b) O princípio da publicidade é absoluto, impondo à administração pública o dever de tornar públicos os seus atos.
- c) A doutrina exclui a hierarquia administrativa do rol dos princípios da administração pública.
- d) Do princípio da supremacia do interesse público decorre o caráter instrumental da administração pública.
- e) Não constitui princípio da administração pública a presunção de legalidade.

37. No que concerne ao ato administrativo, julgue os itens seguintes:

- I - Enquanto não decretada a nulidade de ato administrativo, pela própria Administração ou pelo judiciário, ele produzirá efeitos e será tido como válido e operante. Esta é uma das consequências da autoexecutoriedade.
- II - Pelo atributo da imperatividade, pode-se dizer que o ato administrativo se impõe a terceiros, independente de sua concordância.

III - Competência e finalidade são elementos vinculados em todos os atos administrativos.

IV - Haverá excesso de poder quando o ato for realizado por sujeito incompetente.

Está CORRETO o que consta APENAS em:

- a) I, II e IV.
- b) I, II e III.
- c) III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) II e III.

38. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O ato administrativo pode ser revogado somente pela Administração.
- b) O ato administrativo pode ser revogado tanto pelo Judiciário como pela Administração.
- c) O ato administrativo pode ser anulado somente pela Administração.
- d) O ato administrativo pode ser anulado somente pelo Judiciário.
- e) O ato administrativo pode ser revogado somente pelo Judiciário.

39. Das decisões em sede de processo administrativo cabe recurso em face de razões de legalidade e de mérito. É regra atinente a esses recursos:

- a) Prazo de 10 dias para a autoridade que proferiu a decisão, reconsiderar.
- b) Todo recurso administrativo tem efeito suspensivo.
- c) Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.
- d) Tramitação por, no máximo, duas instâncias, salvo disposição legal diversa.
- e) Dispensam o contraditório.

40. No que concerne à Responsabilidade Civil da Administração, julgue os itens seguintes:

I- No ordenamento jurídico brasileiro, a responsabilidade do poder público é objetiva, adotando-se a teoria do risco administrativo, fundada na ideia de solidariedade social, na justa repartição dos ônus decorrentes da prestação dos serviços públicos, exigindo-se a presença dos seguintes requisitos: dano, conduta administrativa e nexo causal. Admite-se abrandamento ou mesmo exclusão da responsabilidade objetiva, se coexistirem

atenuantes ou excludentes que atuem sobre o nexo de causalidade.

II- Em razão da adoção da responsabilidade objetiva do Estado, a Administração Pública não tem direito de regresso em relação ao agente público que agiu com culpa.

III- No caso de danos decorrentes de acidentes nucleares, o Estado só responderá civilmente caso seja demonstrada a falha na prestação de serviço, podendo, inclusive, alegar caso fortuito e força maior.

IV- Pessoa jurídica de direito privado pode ser concessionária de serviço público, mas deve responder objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

Estão CORRETOS apenas os itens:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) III e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II e III.

41. Quanto às licitações e aos contratos da administração pública, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Nos casos em que couber convite, a Administração não poderá utilizar a tomada de preços e a concorrência.
- b) O pregão caracteriza-se por ser uma nova modalidade de licitação, para aquisição de quaisquer bens e serviços.
- c) Excepcionalmente, é permitido o contrato com prazo de vigência indeterminado.
- d) A prestação de serviços executada de forma contínua poderá ser prorrogada por igual e sucessivo período, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 meses.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

42. Sobre os poderes da administração pública e a organização administrativa:

I - Os poderes administrativos são irrenunciáveis e devem ser exercidos pelos seus titulares.

II - O poder discricionário consiste na escolha, pelo agente público, da conduta que traduz maior conveniência e oportunidade para o interesse público.

III - Na descentralização administrativa, o Estado promove a distribuição interna de competências por meio da criação de órgãos.

IV - As agências reguladoras são autarquias com poderes especiais, cuja principal função consiste no controle

e fiscalização de atividades prestadas por entidades privadas.

Está CORRETA a seguinte alternativa:

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e II estão corretas.
- e) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.

DIREITO DO CONSUMIDOR

43. Acerca das práticas comerciais dispostas no Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção CORRETA:

- a) É lícito que o fabricante de produtos duráveis condicione o fornecimento de seus produtos à prestação de determinados serviços.
- b) Considera-se publicidade abusiva a comunicação de caráter publicitário inteiramente falsa que induza a erro.
- c) O consumidor que receber produto em sua residência, mesmo sem solicitação, e não devolvê-lo, deve efetuar o pagamento do respectivo preço.
- d) O consumidor tem o direito de receber o dobro do que tenha pago em excesso, acrescido de juros e correção monetária, no caso de cobrança indevida, salvo hipótese de engano justificável.
- e) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais é objetiva, não sendo necessária a verificação de culpa.

44. Com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção CORRETA acerca da responsabilidade na prestação de serviços:

- a) O fornecedor de serviço responderá pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços ou decorrentes de informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos somente se comprovada a sua culpa.
- b) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais deve ser apurada independentemente da verificação de culpa.
- c) O serviço é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.
- d) A garantia legal de adequação do produto ou serviço depende de termo expreso.
- e) O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, ou quando provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste.

45. Acerca da responsabilidade no Código de Defesa

do Consumidor, assinale a opção CORRETA:

- a) Caso o vício do produto ou do serviço não seja sanado no prazo legal, pode o consumidor exigir o abatimento proporcional do preço.
- b) É permitida a estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenuie a obrigação de indenizar.
- c) No caso de fornecimento de produtos *in natura*, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, mesmo se identificado claramente o produtor.
- d) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.
- e) Nenhuma das opções está correta.

46. Em um contrato de consumo, NÃO é considerada abusiva a cláusula que:

- a) Determina a utilização compulsória de arbitragem.
- b) Transfere responsabilidades a terceiros.
- c) Estabelece a remessa do nome do consumidor inadimplente para bancos de dados ou cadastros de consumidores.
- d) Estabelece a inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor.
- e) Subtraia ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga.

LEGISLAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

47. Dentre as alternativas abaixo relacionadas, são objetivos da Defensoria Pública, EXCETO:

- a) A primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.
- b) A garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.
- c) A afirmação do Estado Democrático de Direito.
- d) A prevalência e efetividade dos direitos humanos.
- e) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

48. São prerrogativas dos membros da Defensoria Públicas, EXCETO:

- a) Intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa.
- b) Não ser preso, senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao Presidente do Tribunal de Justiça.
- c) Contagem em dobro de todos os prazos.
- d) Representar a parte, em feito administrativo ou judicial, independentemente de mandato, ressalvados

os casos para os quais a lei exija poderes especiais.

- e) Ter o mesmo tratamento reservado aos magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça.

49. Dentre as atividades abaixo elencadas, assinale aquela que NÃO integra o rol de competências do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado:

- a) Exercer as atividades consultivas, normativas e decisórias no âmbito da Defensoria Pública do Estado.
- b) Aprovar a lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública Geral do Estado e decidir sobre as reclamações a ela concernentes.
- c) Coordenar a realização de pesquisas periódicas e produzir estatísticas referentes ao índice de satisfação dos usuários, divulgando os resultados.
- d) Decidir acerca dos casos de remoção e promoção.
- e) Recomendar ao Defensor Público-Geral a instalação de processo disciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública Geral do Estado.

50. A Ouvidoria-Geral é órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado, de promoção da qualidade dos serviços prestados pela Instituição. Assinale a opção que, segundo a Lei Complementar Estadual Nº 06/1997, corresponde a uma das suas competências:

- a) Participar, apenas como ouvinte, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
- b) Estabelecer meios de comunicação direta entre a Defensoria Pública e a sociedade, para receber sugestões e reclamações, adotando as providências pertinentes e informando o resultado aos interessados.
- c) Decidir sobre a implantação e extinção dos órgãos de atuação da Defensoria Pública Geral do Estado, bem como sobre a fixação e alteração de suas atribuições.
- d) Autorizar o afastamento dos membros da Defensoria Pública Geral do Estado para participação de cursos no exterior
- e) Organizar os concursos para provimento dos cargos de carreira de Defensor Público e elaborar o Regulamento e respectivo Edital no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual prazo.